

# INTEGRANDO GEOGRAFIAS: PERSPECTIVAS TEÓRICAS E TEMAS HÍBRIDOS NA GEOGRAFIA

Gabriela LELES<sup>1</sup>

## RESUMO

O presente artigo tem como objetivo central apresentar e analisar algumas perspectivas teóricas e temas híbridos que se configuram como possibilidades teórico-metodológicas integradas na Geografia. O texto tem como recorte analítico abordagens e temas que entendem a Geografia como uma ciência fragmentada, bipolarizada e dividida entre o polo “humano” e “físico”, e buscam superar essa cisão, concebendo perspectivas integrativas na análise geográfica. Para tal, o presente artigo foi organizado em duas partes: na primeira foram discutidas as dimensões do conceito de “natureza” e as implicações no desenvolvimento de dois domínios de pesquisa na Geografia: a Ecologia Política e a Geografia Física Crítica. Na segunda parte foram apresentados três eixos temáticos que podem ser concebidos como possibilidades de trabalho integrado na ciência geográfica, sendo eles: “Patrimônio cultural e natural”, “Justiça ambiental” e “Diversidade social”. Por meio de fundamentações teóricas distintas, verifica-se uma diversidade de possibilidades de trabalho na Geografia que abarcam uma variedade de fenômenos e os analisam considerando a sua dimensão natural e social.

**Palavras chave:** Natureza. Ecologia Política. Geografia Física Crítica. Temas híbridos.

---

<sup>1</sup> Doutoranda em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), mestrado em Geografia pela mesma universidade e licenciatura em Geografia pela Universidade Federal de Goiás (UFG).

## **INTEGRATING GEOGRAPHIES: THEORETICAL PERSPECTIVES AND HYBRID TOPICS IN GEOGRAPHY**

### **ABSTRACT**

The aim of this article is to introduce and analyze some theoretical perspectives and hybrid topics that can be arranged as theoretically and methodologically integrated possibilities in Geographical studies. The analytical discussion is focused in approaches and themes that takes Geography as a fragmented and bipolarized science which is splitted between the “human” and the “physical” pole, and look for overcome this split by conceiving integrative perspectives in geographic analysis. To accomplish the article purpose, the text was organized in two parts: the first one discussed the concept of “nature” and its implications to the development of two fields in Geography: Political Ecology and Critical Physical Geography. In the second part, we exam four thematic topics which can be conceived as possibilities for integrated work in geographic science, such as: "Cultural and natural heritage", "Environmental justice" and "Social diversity". Through different theoretical foundations, there is a diversity of possibilities in Geography that encompass a variety of phenomena which analyze them considering their natural and social dimension.

**Keywords:** Nature. Political Ecology. Critical Physical Geography. Hybrid topics.

## 1 INTRODUÇÃO

Usualmente ouvimos profissionais da Geografia expressarem que essa ciência é desafiadora, por buscar compreender aspectos do mundo que variam desde as profundezas da Terra ao espaço sideral. A Geografia, nesse sentido, seria o campo científico que se ocuparia de uma diversidade de lugares, em diferentes escalas e tratando de objetos distintos, que reuniria o cabedal teórico e metodológico para a investigação sobre o mundo e do espaço. Não por acaso a Geografia é abundantemente associada aos mapas, globos terrestres, bússolas, entre outros objetos ligados à Cartografia e a localização.

Ao longo da existência da Geografia, grandes debates têm sido travados a respeito do seu objetivo, objeto, função social, teorias e conceitos fundamentais, arcabouços metodológicos, entre outras questões de ordem constitucional do campo. Um dos tópicos que tem ocupado os geógrafos há algum tempo é a “integração” dessa ciência. Essa discussão faz parte dos debates epistemológicos na Geografia e se concentra na discussão acerca da “fragmentação”, “cisão”, ou “afastamento” entre dois pólos geográficos. Gomes (2006) e Souza (2016) são dois autores que concebem perspectivas bem diferentes sobre esse mesmo problema epistemológico.

No decorrer dessa introdução, as ideias de Gomes (2006) e Souza (2016) serão apresentadas a fim de exemplificar duas perspectivas antagônicas sobre a mesma questão: “a integração da Geografia”. Destaca-se que o objetivo do presente texto não é desenvolver uma resposta para o problema, tendo em vista a impossibilidade de o fazê-lo no âmbito de um artigo com essa dimensão. Para além, é importante lembrar que esse debate remonta aos primórdios da Geografia como ciência moderna e não há uma única resposta para tal. Nesse sentido, tendo como ponto de partida o problema colocado pelos autores, pretendemos apresentar e analisar algumas perspectivas teóricas e temas híbridos que vem sendo utilizados como formas de superar o problema da “integração” nesse campo de investigação.

Gomes (2006) afirma que questões acerca da natureza do conhecimento geográfico, seu objeto de estudo, métodos, limites, o alcance e sua relevância têm sido motivo de preocupação e debate entre os profissionais do campo. O autor destaca que a persistência nesse tipo de discussão exprime “a incerteza daqueles que trabalham em um domínio sobre o qual pairam reiteradas dúvidas que afetam seu reconhecimento, sua legitimidade e sua importância” (GOMES, 2006, p.

13). Ideias foram associadas à Geografia em determinados momentos da história e, para Gomes (2006), algumas se configuram como “ilusões” das quais muitos geógrafos ainda não renunciaram.

Dentre estas ilusões, uma é a ideia da Geografia como uma “ciência de síntese”. Segundo Gomes (2006), esta ideia estava associada às grandes sínteses globais muito difundidas no final do século XVIII e ao longo do século XIX, nas quais a preocupação era “encontrar grandes matrizes que guiarão toda a reflexão, capazes de explicar o todo e a parte, o detalhe e o global, indo do simples ao complexo.” (GOMES, 2006, p. 15). Dessa forma, compreendia-se que a finalidade genuína do conhecimento científico era, em última instância, a síntese.

Nesse momento, a Geografia se apresentou como a ciência de estudos da Terra. Como conjunto, era constituída por fatores de ordem física e social e apresentava um resultado sintético em sua superfície. A pretensão dessa ideia era a “da Terra vista como um todo”, por isso o geógrafo deveria dominar todos os outros campos de conhecimento e o objetivo final da Geografia seria a síntese. Segundo Gomes (2006, p. 18), “esta síntese se constituía no encontro de dinâmicas naturais e da ação social: Geografia física e Geografia humana”.

Outra ilusão mantida pelos geógrafos faria referência à definição do objeto de estudo da Geografia que, costumeiramente, diz-se que é a “relação entre a sociedade e a natureza”: “Em outras palavras, o conhecimento geográfico é definido pela síntese produzida pelo encontro de suas duas principais parcelas: Geografia humana e Geografia física” (GOMES, 2006, p. 26). O autor critica essas duas ideias que designa como “ilusões”, argumentando que estas indicam necessariamente a concepção desses dois termos como excludentes, pois ao colocar o interesse na relação entre as partes admite-se a possibilidade de isolar e distinguir com clareza o que é sociedade e o que é natureza. Dessa forma, Gomes (2006) retoma uma crítica mais antiga que a própria ciência geográfica, acerca da possibilidade de se isolar a “natureza” pela ação do raciocínio e de um método, configurando-se como um objetivismo positivista e irreal.

O autor argumenta que a Geografia é, então, o campo de conhecimento que busca compreender a lógica espacial dos fenômenos no mundo, isto é, procura uma ordem espacial de coisas que estão aparentemente dispersas. Para Gomes (2006), a lógica do arranjo espacial é a “questão geográfica por excelência” e, por isso, “não importa se estamos diante de fenômenos físicos ou sociais, e sim do princípio da ordem que buscamos.” (GOMES, 2006, p. 35). Nesse sentido, o autor afirma não haver uma dicotomia entre Geografia física e Geografia humana, mas lógicas e coerências distintas.

Diferentemente de Gomes (2006), Souza (2016) reconhece um “fosso” entre as ciências da natureza e as da sociedade e, por extensão, um afastamento entre a Geografia física e a Geografia humana. Para o autor, a “natureza” e a “sociedade”: “equivalem antes a faces distintas de uma realidade una, indivisível e em constante mutação” (SOUZA, 2016, p. 26), e não são categorias ontológicas absolutamente distinguíveis. Contudo, Souza (2016) argumenta que o “olhar ocidental” não permite a abdicação desses referenciais de natureza e sociedade que são “em si mesmos portadores do bacilo do dualismo”.

Para o autor não há uma “separação cartesiana” entre natureza e sociedade, e sim uma “bipolarização epistemológica”. Este conceito se caracteriza pela ideia de dois polos diferentes do “conhecer” (natureza e sociedade), que se definem e redefinem constantemente em relação ao outro e como consequência do tempo, espaço e suas mudanças. Souza (2016, p. 27) argumenta que essa noção pode “ajudar a reconceber a produção do conhecimento sobre a natureza, sobre a sociedade e sobre os vínculos entre cultura e processos naturais de um jeito diferente”.

Souza (2016) propõe que o conceito de bipolarização epistemológica seja aplicado à realidade da Geografia. Para o autor, existe uma diferença do “ideal canônico da Geografia” e como se dá, na prática, as relações entre os geógrafos do século XIX. Esse “ideal canônico” se caracterizaria pela ideia de uma Geografia como “ciência de síntese” e “ciência-ponte” que, para Souza (2016), em ambos os casos não teve, de fato, efetividade. A primeira teria sofrido de uma “superficialidade tendencial”, não tendo investido em teorizações, mas em descrições. A segunda se propôs como uma “ponte entre o natural e o social, entre o “meio físico” e os seres humanos” (SOUZA, 2016, p. 29), mas na prática os geógrafos ditos humanos procuravam a Geografia física muito mais do que o contrário, a ponte era, portanto, desnivelada, de “mão-única”.

Considerando a proposta de bipolarização epistemológica, Souza (2016) argumenta em prol da aceitação da Geografia como um campo epistemologicamente “híbrido”, “mestiço”, e que essa “mestiçagem” seja valorizada e não rechaçada. Nesse sentido, o autor concebe a Geografia como um campo epistemologicamente bipolarizado: um a respeito dos conhecimentos acerca a natureza, e o outro sobre os conhecimentos relativos à sociedade. Possibilitando a coexistência de temas e problemas fundamentalmente “naturais” ou “sociais”, e aqueles que se caracterizariam como temas e problemas híbridos.

Tanto Gomes (2006) quanto Souza (2016) concebem e defendem “versões” de Geografias muito diferentes e, em muitos aspectos, opostas. Dessa forma, pode-se dizer que os autores

apresentam e representam concepções que fundamentam e orientam pesquisas no campo, mostrando a diversidade de abordagens e pontos de vista correntes na Geografia. Como recorte analítico, o presente artigo versará sobre as abordagens e temas que assumem e aceitam a ideia de uma Geografia fragmentada, bipolarizada, ou cindida, dividida entre o polo “humano” e o “físico”, e que buscam procedimentos teóricos e metodológicos de análise geográfica que integrem a dimensão natural e social do mundo.

Dessa forma, o objetivo desse texto é apresentar e analisar algumas perspectivas teóricas e temas híbridos que se apresentam como possibilidades teóricas e metodológicas integradas na Geografia. Para tal, o presente artigo está organizado em duas partes, na primeira discute-se as dimensões do conceito de “natureza” e as implicações no desenvolvimento de dois domínios de pesquisa na Geografia: a Ecologia Política e a Geografia Física Crítica. Na segunda parte do artigo são apresentados três eixos temáticos que podem ser concebidos como possibilidades de trabalho integrado na ciência geográfica, não necessariamente vinculados à Ecologia Política e à Geografia Física Crítica, mas que recorrentemente vêm sendo utilizados para pensar a Geografia de maneira híbrida, sendo eles: “Patrimônio cultural e natural”, “Justiça ambiental” e “Diversidade social”.

## **2 A NATUREZA, A ECOLOGIA POLÍTICA E A GEOGRAFIA FÍSICA CRÍTICA**

Tanto Gomes (2006) como Souza (2016), embora concebam perspectivas muito distintas entre si, dão indícios da complexidade que envolve a definição e os limites dos conceitos de “natureza” e “sociedade”, e como esta discussão está presente no que concebemos como Geografia no passado e no presente.

Autores como Castree (2014) tem buscado rediscutir o conceito de natureza a fim de romper com o dualismo “natureza x sociedade”, engendrado pelo positivismo clássico e que foi, por algum tempo, a chave de leitura dos fenômenos na Geografia. O autor concebe a natureza como uma categoria da qual nós, a sociedade, fazemos parte. Além de “ser parte”, a natureza se configuraria como um elemento do modo como a sociedade dá sentido ao mundo para si mesma. Dessa forma, “nature doesn’t exist ‘out there’ (or ‘in here’, within us) waiting to be understood” (CASTREE,

2014, p. 6)<sup>2</sup>. Para o autor, essa perspectiva se diferencia do que tradicionalmente se compreendia como natureza que, por sua vez, se encontrava associada a algo externo, universal, intrínseco e superordenado, e sendo definida na ausência da agência humana ou aquilo que fica após a alteração dos agentes humanos.

Castree (2014) explica que os dualismos no pensamento ocidental criaram divisões e diferenças que pretendem pertencer a realidade. Assim, o conceito de natureza assume um grupo maior de dicotomias e hierarquias. Para o autor, o que se concebe e é compreendido por natureza é produzido por grupos, “epistemic communities”<sup>3</sup>, e as pessoas “comuns” consomem tais ideias e experiências, tal dinâmica é chamada de dependência epistêmica por Castree (2014) e seria um fenômeno recente na história das civilizações humanas. Esses grupos se caracterizariam como “porta-vozes”, pertencentes a instituições e comunidades e possuiriam intenções que, costumeiramente, iludem as pessoas.

O conceito de comunidades epistêmicas estende-se aos grupos que dominam a informação, conhecimentos, crenças e ideias que impactam em vários domínios da vida em sociedade. Os discursos sobre a natureza, por sua vez, seriam passados por meio de representações elaboradas no seio de tais comunidades, envolvendo, portanto, a tradução de ideias na qual os “epistemic workers”<sup>4</sup> compreendem o mundo. Dessa forma, essas representações teriam o poder de afetar o mundo mudando ou afirmando como as pessoas “comuns” pensam e sentem sobre a natureza. Por isso, toda representação teria uma natureza persuasiva.

No início do texto Castree (2014) esclarece que não está preocupado em definir o que é a natureza, mas explicar como nós elaboramos e concebemos o que chamamos por natureza. Embora a ideia central seja argumentar que os seres humanos são natureza e, por isso, concebem e elaboram o que a natureza seja, o argumento central do autor tem vários pontos problemáticos.

Primeiro, o autor afirma que tudo o que as “pessoas comuns” pensam é, antes, concebido por grupos que ele chamou de “comunidades epistêmicas”. O problema nessa afirmação se encontra na definição de “pessoa comum”, afinal, quem são as pessoas comuns que estão sujeitas às representações elaboradas por tais comunidades? Castree (2014) disse que as comunidades epistêmicas, normalmente, estão vinculadas a instituições de todos os tipos (políticas, acadêmicas

---

<sup>2</sup> “a natureza não existe “lá fora” (ou “aqui”, dentro de nós) (CASTREE, 2014, p. 6 – tradução).

<sup>3</sup> “Comunidades epistêmicas” (tradução).

<sup>4</sup> “Trabalhadores epistêmicos” (tradução).

etc). As “pessoas comuns” não compõe os círculos sociais desses espaços? E as pessoas que fazem parte dessas instituições não têm uma parcela da vida “comum”? O que está sendo chamando de “comum”? Esses problemas se configuram como uma falta de clareza e de definição com relação aos sujeitos dos quais o autor está se referindo, que prejudica a argumentação central do texto. Sem tal demarcação, o argumento do autor de que determinados grupos elaboram concepções que são absorvidas, sem critérios, se torna enfraquecida, pouco consistente e muito ampla. Há um problema, pois o autor não considera a possibilidade e a capacidade dos grupos não elitizados produzirem ideias e se mobilizarem por elas. Em sua argumentação, há a impressão que as pessoas são como “esponjas” que absorvem e não reagem as ideias vindas de outros grupos sociais.

Outro problema pode ser percebido na ênfase de Castree (2014) sobre a concepção e transmissão de ideias das comunidades epistêmicas aos demais. O autor estabeleceu um marco temporal (sem precisão) dizendo que atualmente (sem precisar quando esse momento teve início), nós (sem precisar quem somos “nós”) não somos livres para formar nossas próprias crenças, valores, sentimentos etc. Essa afirmação pressupõe que, então, houve um tempo em que essas coisas eram possíveis, algo aconteceu e isso passou a não ser mais viável.

Esse pressuposto é altamente questionável por algumas questões: 1) não há nenhuma precisão na afirmação de modo que não se sabe de que tempo o autor está falando e quem são as pessoas as quais ele se refere; 2) ao pensar na história das civilizações humanas, ou, ao menos, ocidentais, podemos citar vários exemplos de instituições que tiveram um enorme poder sobre o modo de vida de grande parcela da população, tal como aconteceu na Idade Média, na Europa, com o poder exercido pela Igreja Católica e os governos absolutistas. Desse modo, não se pode afirmar que a concepção e “transmissão” de ideias por determinados grupos para que outros consumam é uma questão contemporânea ou moderna, quando, na verdade, sempre esteve presente na história das civilizações humanas.

O terceiro e último ponto de crítica ao autor se faz a partir da ideia de concepção e transmissão de ideias para que outros sejam adeptos, como se esse processo fosse permeado por passividade. O autor chega a dizer que não se trata de “passividade”, mas de “autoria”. Então, quer dizer que certos grupos só concebem ideias e práticas e outros não? Essa noção é problemática, pois parte do princípio que o grupo das “pessoas comuns” não é autor de suas ideias, isto é, seriam meros consumidores. Dessa forma, são pessoas sem subjetividade, sem capacidade de produzir conhecimento e que não têm ideias próprias. Um pensamento perigoso, que inviabiliza o

reconhecimento da diversidade de conhecimentos e da autonomia dos sujeitos na produção e reprodução de saberes e práticas que são concebidos entre os diversos grupos humanos ao redor do mundo.

Embora a discussão de Castree (2014) sobre a natureza apresente muitos problemas no seio de sua argumentação central, o autor deixa claro que a sociedade, nós, somos natureza, a concebemos e elaboramos de maneiras muito distintas. Ou seja, natureza e sociedade estão imbricadas, integradas e inevitavelmente juntas. Tendo essa noção como referência, a Ecologia Política tem se desenvolvido como um campo de investigação em diálogo com a Geografia.

Batterbury (2005, p. 29) reconhece uma definição de Ecologia Política que remonta a um “inclusive term encompassing diverse research into policy, politics and the environment”<sup>5</sup>. Autores, como Batterbury (2005), indicam o caráter multi e interdisciplinar da Ecologia Política. Para Watts e Peet (2004), por exemplo, o objeto de estudo do campo são as relações entre natureza e a sociedade, e a área busca compreender tais relações por meio da análise das formas sociais de acesso e controle de recursos naturais. Para os autores, a originalidade da Ecologia Política se encontra no esforço em integrar abordagens humanas e físicas para analisar os fenômenos de degradação ambiental.

Watts e Peet (2004) explicam que algumas ideias e eventos produziram a junção da Ecologia com a Economia Política que teriam gerado a Ecologia Política como campo de estudos. Primeiro, os autores ressaltam a conexão entre “cultura” e “ambiente” na Antropologia e na Geografia, que promoveu a combinação do pensamento darwinista e evolucionista, das ciências dos ecossistemas e da cibernética, do crescimento da visibilidade política dos camponeses do Terceiro Mundo e o evento da bomba atômica. A Antropologia e a Geografia teriam, então, promovido um “quadro darwiniano para pensar as mudanças históricas e os padrões de uso dos recursos e adaptação humana em diferentes ambientes.

Por sua vez, as Ciências Sociais desenvolvidas ao longo da era nuclear e o desenvolvimento, no pós-guerra, de respostas humanas aos riscos e desastres, resultaram na criação de centros de estudos nos Estados Unidos da América (EUA). Estes foram espaços privilegiados de encontro entre sociólogos e geógrafos, e do desenvolvimento de estudos cognitivos e behavioristas. Tais

---

<sup>5</sup> “termo inclusivo que engloba diversas pesquisas sobre política, política e meio ambiente” (BATTERBURY, 2005, p. 29).

pesquisadores buscavam compreender porque indivíduos mal interpretavam ou ignoravam as ameaças ambientais e como comunidades respondiam as ameaças de tornados, enchentes e secas.

Para além de explicar o desenvolvimento do campo da Ecologia Política, Watts e Peet (2005) indicam a necessidade teórica da concepção de uma fenomenologia da natureza. Para os autores, o “problema ambiental” pode ser percebido de diferentes maneiras visto que o conhecimento ambiental é diferentemente distribuído entre as sociedades locais, por isso a sabedoria convencional é desafiada por uma forma “encarnada” de conhecimento, lançando um desafio sob a unidade do conhecimento local e a prática de modelos não lineares de uma nova ecologia.

Complementando as indicações teóricas de Watts e Peet (2005), Batterbury (2005) indica que a “espinha dorsal” da Ecologia Política é uma abordagem composta por teoria e empiria que busca compreender o acesso aos recursos ambientais como um fenômeno mediado ou restringido socialmente, que envolve processos diferentes em escalas distintas. Batterbury (2005) aponta alguns temas-chave, “chains of explanation”<sup>6</sup>, aos quais o campo tende por investigar, são eles: o acesso aos recursos naturais; a luta e a resistência contra os que atentam sobre os modos de vidas próprios de povos diversos; e, por fim, a profunda revolta nos modos de vida locais que envolvem mudanças sociais, econômicas e ambientais.

Por outro lado, Karlsson (2018) estabelece uma crítica a esse aspecto associado à Ecologia Política, que tende a reduzir a “natureza” aos recursos para apropriação humana. Segundo o autor, abordagens nessa perspectiva falham em não considerar aspectos mais dinâmicos e complexos da multitude da vida que constitui a natureza. O autor retoma a crítica feita por Vayda e Walters (1999), advertindo que:

they hold that political ecology is all about politics and nothing about ecology. For them, ecology, or ‘actual environmental change’, presupposes a separation between society and the environmental, where the environment is a sphere free of or outside politics and human impact (VAYDA; WALTERS, 1999 apud KARLSSON, 2018, p. 22)<sup>7</sup>.

---

<sup>6</sup> “cadeias de explicação” (tradução).

<sup>7</sup> “eles sustentam que a ecologia política é tudo sobre política e nada sobre ecologia. Para eles, a ecologia, ou “mudança ambiental real”, pressupõe uma separação entre a sociedade e o meio ambiente, onde o meio ambiente é uma esfera livre ou fora da política e do impacto humano.” (VAYDA; WALTERS, 1999 apud KARLSSON, 2018, p. 22 - tradução).

Karlsson (2018) explica que o trabalho antropológico com a natureza tem sido questionado por perspectivas que consideram a separação entre a natureza e a sociedade [tal como discute Castree (2014)]. O autor argumenta que cada vez mais tem se considerado a natureza emaranhada e co-envolvida com a sociedade.

Complementando a discussão sobre a constituição da Ecologia Política, Leff (2005) argumenta que a América Latina concebeu as bases epistemológicas para o domínio mais amplo da área de estudos. Segundo o autor, essa região geográfica é a mais importante na história do desenvolvimento da Ecologia Política. Visto que se constituiu como fonte fértil de pensamento sobre as relações de poder influenciadas por políticas, economias, ecologias e culturas, por meio de processos de desterritorialização e re-territorialização, que formam paisagens e subsistência dos povos. Esta característica tem, historicamente, chamado a atenção de pesquisadores dentro e fora da América Latina.

Batterbury (2005) discute a inserção da Ecologia Política como uma disciplina na universidade, indicando a sua importância e pouca expressividade, até aquele momento. Como dito anteriormente, o campo se caracteriza pela multi e interdisciplinaridade e a Geografia se configura como uma das áreas de diálogo com a Ecologia Política. Recentemente, na própria Geografia tem se discutido a concepção de uma subárea, a Geografia Física Crítica (GFC), que se aproxima das diretrizes e discussões realizadas no âmbito da Ecologia Política.

A GFC, tal como propõe Lave et al. (2018), se constitui como uma tentativa de geógrafos físicos em desenvolver uma proposta teórico-metodológica de cunho geográfico, que abarque conjuntamente as ciências naturais e sociais para os estudos de transformações eco-sociais. Trata-se de uma proposição de análise integrativa para a Geografia, fundamentada no conceito de “Antropoceno” que, por sua vez, reconhece e indica o impacto, em nível global, do ser-humano no sistema Terra e, por isso, defende a necessidade de uma proposta que busque compreender os fenômenos de maneira integral, considerando as dimensões físicas e humanas. A palavra “crítica”, de Geografia Física Crítica, portanto, tem o sentido de incorporar o elemento humano na análise geográfica (URBAN, 2018).

Urban (2018) explica que o conceito de Antropoceno foi inicialmente proposto por Crutzen (2002) a fim de identificar e caracterizar uma nova e diferente era geológica que considera os impactos humanos nos sistemas ambientais como uma força geológica. A partir de então o conceito se tornou uma “ponte” para a divisão humana-física. Nessa perspectiva, King e Tadaki (2018)

indicam a necessidade do reconhecimento do ser humano como agente na produção da ciência animal, pois consideram que o mesmo tem poder de escolha no processo da pesquisa científica, sendo que tais escolhas podem ser influenciadas por contextos internos e externos. Reforçando o caráter eminentemente político do fazer científico e da ciência.

Lave et al. (2018) reconhecem alguns princípios intelectuais centrais da Geografia Física Crítica que constituem um ao outro: paisagens (“landscapes”), dinâmicas sociais (“social dynamics”), e a política do conhecimento (“knowledge politics”). Contudo, não há uma abordagem padrão fixa e se caracteriza como um misto de abordagens e métodos, relacionando-se com outros campos, tais como a Ecologia Política.

A Ecologia Política e a Geografia Física Crítica se configuram, portanto, como possibilidades de análise integrada na Geografia, embora não sejam as únicas. Cresswell (2013) exemplifica algumas abordagens, chamadas de relacionais, que buscam um senso de unidade na Geografia entre o mundo natural, social e cultural, tais como: a Geografia Animal e a Geografia Híbrida. Como pode-se perceber, existe uma variedade de campos e subcampos de pesquisa sendo pensados com a finalidade de integrar a análise do domínio natural e social da realidade. Além da constituição de abordagens de pesquisa, existem também alguns eixos temáticos que privilegiam e possibilitam esse tipo de estudo integrado dos fenômenos, como será apresentado na próxima parte do texto.

### **3 EIXOS TEMÁTICOS INTEGRADORES**

#### **3.1 PATRIMÔNIO CULTURAL E NATURAL**

O patrimônio cultural e natural pode ser considerado um eixo temático que possibilita uma análise integrada dos fenômenos. O conceito de patrimônio parte da apropriação de valores pela sociedade, trata-se de uma: “Seleção refinada, feita por especialistas indicados pela sociedade e deve receber condições técnicas e financeiras para se manter conservado e acessível, especialmente se foi legitimado pelo Estado.” (CASTRO; MANSUR; CARVALHO, 2018, p. 384). Por estar associado a atribuição de valores de determinado grupo social, a definição de um patrimônio é um processo que envolve a sociedade.

No caso brasileiro, a definição de um lugar como patrimônio é um processo que deve envolver a sociedade civil a fim de se selecionar e nomear o patrimônio. Se trata de uma questão de representação. Ribeiro (2019) destaca, ainda, a importância de inserir a população da gestão do patrimônio. Castro, Mansur e Carvalho (2018) explicam que o conceito de patrimônio é polissêmico e está relacionado a recepção por direito ou por herança, além de englobar bens imóveis representativos, estar relacionado ao poder e aos bens e tesouros herdados do passado. Segundo os autores, o patrimônio por ter sido qualificado como tal sofreu uma atribuição de valor que o destacou e o diferenciou dos demais do seu “tipo”, por isso “é reflexo do que a sociedade considera relevante e, por isso, deseja conservar a sua integridade física (registrá-lo, no caso dos intangíveis) para que possa ser contemplado por mais pessoas e por mais tempo.” (CASTRO; MANSUR; CARVALHO, 2018, p. 387).

Castro, Mansur e Carvalho (2018) apresentam um estudo de caso onde a geodiversidade local é classificada como patrimônio. Os autores evidenciam a importância da conscientização da população acerca do valor dos atributos geológicos do lugar (rochas, fósseis, minerais etc.) para que as pessoas se envolvam no processo de conservação da região e possam construir uma gestão e aproveitamento social do patrimônio. Castro, Mansur e Carvalho (2018) explicam que a inclusão da geodiversidade como uma das dimensões do patrimônio se configura como um movimento recente (que teve início nos anos 1970), e que vem ressaltando a necessidade de incluir a natureza no processo preservacionista e patrimonial.

Tal movimento busca reconhecer a geodiversidade como uma dimensão que precisa ser preservada e tornada patrimônio. Pois, cada vez mais tem se colocado em evidência a importância da valorização identitária de determinados grupos com relação ao seu lugar de vida, que está diretamente associado aos elementos naturais locais. Dessa forma, as rochas, a floresta, o rio, a caverna, os fósseis, minerais etc., passam a ser reconhecidos como parte da cultura de determinados grupos sociais.

De maneira complementar, Ribeiro (2019) acrescenta e destaca o valor da paisagem como um elemento que também pode (e deve) compor o quadro patrimonial dos lugares. O autor exemplifica o caso da cidade do Rio de Janeiro, onde a paisagem é considerada um elemento constituidor da identidade da cidade, fator que constituiu a sua candidatura para patrimônio mundial. Nesse caso, a paisagem ganhou destaque nas políticas públicas na medida em que começou o rompimento de abordagens estritamente visuais do conceito. Segundo Ribeiro (2019,

p. 151), o Plano Diretor de 2011 colocou a paisagem “como central para a promoção de políticas integradas de gestão urbana, tirando-a do mero aspecto identitário ou de contemplação e usufruto”.

O Plano Diretor da cidade do Rio de Janeiro, de 2011, seguiu uma tendência iniciada nos anos 2000 de pensar a paisagem não apenas do ponto de vista do projeto, mas como instrumento de gestão para a cidade. Dessa forma, a ideia de paisagem foi incorporada as políticas de desenvolvimento sustentável relacionadas as intervenções urbanas e ao meio ambiente:

A ideia de paisagem cultural promovida a partir da candidatura à Unesco valoriza aspectos relacionados à relação entre sociedade e natureza e, portanto, incorpora a preocupação com o desenvolvimento sustentável, tão caro à formulação de políticas públicas notadamente a partir dos anos 1990 (RIBEIRO, 2019, p. 151).

Os exemplos e discussões apresentados por Castro, Mansur e Carvalho (2018) e Ribeiro (2019) patrimônio se configuram como um eixo temático integrador para a Geografia. Percebe-se que o conceito de patrimônio possibilita uma variedade de abordagens que permitem a integração das dimensões naturais e sociais dos fenômenos, visto que o conceito abrange tanto uma dimensão como a outra. Em ambos os textos os autores concebem ideias que buscam não separar aquilo que é natural do que social, tentando mostrar como essas duas noções encontram-se, na realidade dos fenômenos, imbricadas. Isto é, como o patrimônio, compreendido como aquilo que está relacionado à herança, representação, identidade, assim como às coisas, objetos, “tesouros” etc., podem estar materializados tanto em uma festa tradicional, como em uma caverna, um rio, uma floresta, ou outro elemento físico-natural, no sentido restrito do termo.

### 3.2 JUSTIÇA AMBIENTAL

Assim como o patrimônio natural e cultural pode ser considerado um eixo temático com possibilidades integrativas para a Geografia, o tema da justiça ambiental também aparece como uma alternativa. Trata-se de uma temática comum no campo da Ecologia Política e está imbricada à noção de ambientalização e aos movimentos ambientalistas.

Acselrad (2010) associa a noção de ambientalização à adoção de um discurso ambiental genérico por diferentes grupos sociais. A noção de movimento ambientalista, por seu turno, se configura como um espaço social de circulação de discursos e práticas associados à “proteção

ambiental”. Em seu texto, Acselrad (2010, p. 103) indica que a questão central do debate envolvendo à ambientalização e o movimento ambientalista está na maior dificuldade em engajar:

[...] campanhas que evocam a “proteção ao meio ambiente” sem desconsiderar as evidentes prioridades da luta contra a pobreza e a desigualdade social ou mostrando-se capaz de responder aos propósitos desenvolvimentistas correntes que almejam a rentabilização de capitais em nome da geração de emprego e renda.

Nesse sentido, a justiça ambiental surge como um movimento de ressignificação da questão ambiental que “resulta da apropriação singular da temática do meio ambiente por dinâmicas sociopolíticas tradicionalmente envolvidas com a construção da justiça social” (ACSELRAD, 2010, p. 108). Dessa forma, houve uma ressignificação da questão ambiental que passou a ser investigada em diferentes sentidos: como contracultura, isto é, questionando o estilo de vida que tem estabelecido um padrão dominante de apropriação do mundo material; e, como utilitária, preocupada em assegurar a continuidade da acumulação do capital, economizando recursos em matéria e energia.

Para Acselrad (2010), a razão utilitária hegemônica compreende o ambiente como único e, por isso, a poluição é apresentada como “democrática”, não propensa a fazer distinções de classe. Por outro lado, pela razão cultural os riscos ambientais são diferenciados e desigualmente distribuídos, dada a diferente capacidade de os grupos sociais escaparem aos efeitos das fontes de tais riscos. Concebendo, dessa forma, a noção de desigualdade ambiental:

Considerando que a injustiça social e a degradação ambiental têm a mesma raiz, haveria que se alterar o modo de distribuição – desigual – de poder sobre os recursos ambientais e retirar dos poderosos a capacidade de transferir os custos ambientais do desenvolvimento para os mais despossuídos (ACSELRAD, 2010, p. 109).

Montezuma (2019) complementa as discussões de Acselrad (2010) sobre justiça ambiental incorporando o escopo teórico-metodológico da Ecologia de Paisagens no estudo sobre o espaço urbano. A Ecologia de Paisagens se configura como uma perspectiva que busca investigar a estrutura, a função e a dinâmica de áreas heterogêneas compostas por ecossistemas interativos (FORMAN, 1995), trata-se de “uma ciência interdisciplinar que lida com as interações entre a sociedade humana e o seu espaço de vida, natural, construído – ou seja, paisagem” (METZGER, 2001 apud MONTEZUMA, 2019, p. 91).

Na Ecologia de Paisagens o conceito de “serviços ecossistêmicos” ou “serviços ambientais” se torna relevante. Segundo Montezuma (2019, p. 92), considera-se serviços ecossistêmicos ou ambientais

[...] todo produto ou funções realizadas pelos sistemas ecológicos que afetam positivamente a vida humana e, portanto, adquirem valor de importância. [...] denotando que há um trabalho realizado pela natureza que é usufruído por seres humanos, os quais podem acessá-lo diretamente ou indiretamente.

O conceito pressupõe uma “utilidade antropocêntrica” aos sistemas ecológicos, denotando “trabalho” à natureza. Este “trabalho” que a natureza realiza pode ser agrupado em quatro grupos: 1) provisão; 2) regulação; 3) cultural; e 4) suporte. Montezuma (2019) busca enfatizar o caso específico dos Sistemas de Espaços Livres de Edificação (SEL), que se configuram como áreas verdes urbanas, fragmentos residuais de ecossistemas nativos e no espaço urbano desempenham um papel de valorização. Segundo a autora, espaços verdes em áreas urbanas atuam como “núcleos insularizados na matriz urbana”, fornecedores importantes de Serviços Ecossistêmicos, tais como: filtragem de ar, amenização climática, barreira física à poluição sonora, filtração de águas pluviais e provimento de alimentos para fauna e seres humanos. Por essa razão, os SEL valorizam o preço da terra e aumentam a gentrificação.

Montezuma (2019) elenca algumas formas de gentrificação, tais como: a determinação pelo capital do crescimento, desvalorização, destruição, reinvestimento e mobilização; limpeza do solo urbano; e, por fim, a implementação de uma agenda de planejamento ambiental relacionada às áreas verdes. Por meio do seu estudo, a autora mostra como a desigualdade ambiental, citada por Acselrad (2010) toma forma no espaço urbano. Isto é, o ambiente é apropriado de maneiras distintas, desiguais, por atores diferentes que usufruem desses espaços de maneira variadas e, na maioria das vezes, opostas. Ambos os textos refletem sobre a justiça ambiental e podemos perceber que é um eixo temático que possibilita a integração da análise geográfica, englobando tanto a dimensão natural como social dos fenômenos.

### 3.3 DIVERSIDADE SOCIAL

Por fim, a diversidade social é o último tema a ser apresentado nesse texto como uma das possibilidades temáticas de integrar as dimensões natural e social da realidade na Geografia,

embora muitos outros pudessem ser abordados. A princípio o tema pode sugerir uma abordagem “essencialmente” social e, portanto, nada de natural poderia emergir dessa questão. Contudo, na Geografia tem-se desenvolvido grupos preocupados em considerar uma conduta mais “subversiva” desta ciência.

Silva (2009) é uma das expoentes dessa perspectiva no Brasil que foi intitulada pela autora de “Geografias subversivas”. A autora retoma o conceito de subversão, esclarecendo que se trata do ato ou efeito de subverter, derrubar e destruir, que está associado à perversão moral, revolta e perturbação, sendo visto como um ato de insubordinação contra a autoridade vigente. A autora concebe a subversão como um ato político “que perturba e desafia a instituição padrão dominante de um saber científico moderno e eurocentrado” (SILVA, 2009, p. 13). Por meio da ideia de subversão, a autora defende a construção de um fazer científico que desestabilize a posição do pesquisador ao falar pelos “outros ausentes”, dessa forma, construindo visibilidades de grupos sociais e fenômenos que foram negados e repudiados pela perspectiva da modernidade colonial.

As Geografias subversivas seriam oriundas de uma identificação científico-política com as epistemologias feministas e pós-colonialistas. As epistemologias feministas e pós-colonialistas são diversas e, de maneira geral, defendem a ideia de “corpos situados” (HARAWAY, 1988). Ou seja, defendem que a vivência experienciada por corpos com características biopsicossociais distintas (homens, mulheres, transsexuais, transgêneros, negros, brancos etc.) moldam experiências de vida diferentes.

A Geografia, por sua vez, ao incorporar essas ideias passa a olhar para a espacialidade dos diferentes corpos em lugares diversos e a espacialidade do corpo como um espaço em si. Tal como descreve Abranches Jr. e Almeida Neto (2015), em seu texto onde foram analisados os discursos midiáticos da Parada Gay de São Paulo. Os autores defendem uma concepção de corpo como “matriz da comunicação” e explicam que: “As relações entre o corpo e o ambiente se dão por processos coevolutivos que produzem uma rede de pré-disposições perceptuais, motoras, de aprendizado e emocionais.” (KATZ; GREINER; 2005, p. 130 apud ABRANCHES JR; ALMEIDA NETO, 2015, p. 206). Isto é, o corpo “fala”, comunica significados, se expressa, e o faz no, por meio e condicionado, também, pelo espaço.

Os autores expressam a necessidade de considerarmos os corpos nos seus espaços e as suas relações nesse e com esse “pedaço de chão” que, por sua vez, é intrínseco a sua formação como sujeito no e do mundo, incluindo os aspectos da natureza desse espaço que é, em muitos casos, a

essência de comunidades inteiras. Além das questões relativas ao “viver” dos diferentes corpos no espaço, a temática de diversidade social também permite o estudo do “morrer” desses corpos. Ou seja, quem vive e quem morre e onde isso se dá. Mbembe (2016, p. 123) elabora o conceito de “necropolítica” que se caracteriza como:

a expressão máxima da soberania [que] reside, em grande medida, no poder e na capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer. Por isso, matar ou deixar viver constituem os limites da soberania, seus atributos fundamentais. Exercitar a soberania é exercer controle sobre a mortalidade e definir a vida como a implantação e manifestação de poder.

Nessa perspectiva, a soberania se constitui, então, como o “direito de matar”, e o mundo da soberania se define como um mundo onde se renunciou o limite da morte. Segundo Mbembe (2016, p. 127), fundamentado em Bataille: “a morte está presente nele [mundo da soberania], sua presença define esse mundo de violência (...)”. Dessa forma, a soberania, tal como concebida pelo autor, cria espaços de violência, onde o biopoder atua no sentido de dividir quem deve viver e quem deve morrer, destinando tecnologia que permita esse exercício e a regularização da distribuição da morte.

Como pensador pós-colonial, Mbembe (2016) utiliza tais reflexões para pensar a ocupação colonial e indica que a colonização foi, justamente, a mais importante operacionalização do necropoder. Ou seja, a colonização foi a materialização da apreensão, da demarcação e a afirmação do controle físico e geográfico, em que foram inscritas sobre um terreno um novo conjunto de relações sociais e espaciais, se constituindo como um espaço que sustentou a violência. Para o autor:

A cidade do povo colonizado (...) é um lugar de má fama, povoado por homens de má reputação. Lá eles nascem, pouco importa onde ou como; morrem lá, não importa onde ou como. É um mundo sem espaço; os homens vivem uns sobre os outros. A cidade do colonizado é uma cidade com fome, fome de pão, de carne, de sapatos, de carvão, de luz. A cidade do colonizado é uma vila agachada, com uma cidade sobre seus joelhos (MBEMBE, 2016, p. 135).

Depreende-se dos escritos de Mbembe (2016) que a “escolha” que define quem vai viver ou morrer está, também, relacionada ao corpo dos sujeitos, aquele do sujeito colonizado, dos homens de má reputação, por exemplo. O critério que leva a vida ou a morte passa, conjuntamente, pelo corpo, elemento biopsicossocial da realidade.

Considerando, assim, que os corpos são elementos biopsicossociais, diversos, que comunicam coisas distintas e são tratados, também, diferentemente no e por meio do espaço, o tema da diversidade social se constitui como uma possibilidade de integrar geograficamente estudos que envolvam as dimensões natural e social da realidade.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Iniciamos o texto situando o debate que existe na Geografia em torno do seu objetivo, objeto, função social, teorias e conceitos fundamentais e outras questões relativas à sua constituição como campo científico. Verificou-se que uma das discussões centrais diz respeito à fragmentação da Geografia em dois polos fundamentais: a Geografia humana e a Geografia física. Nessa controvérsia, existem aqueles que coadunam com tal ideia e os que não concordam e propõe uma outra forma de encarar a problemática.

Nesse sentido, o objetivo do presente artigo não era desenvolver uma resposta acerca de tal questão, ou desenvolver um argumento contrário ou a favor de nenhuma das partes. O objetivo central do trabalho foi unicamente o de apresentar um dos lados desse debate, sendo esse o que concebe a Geografia como uma ciência bipolarizada entre os polos “humano” e o “físico”, e indicar algumas possibilidades teóricas e temáticas de análise geográfica que permitem, portanto, a integração das dimensões natural e social.

Percebeu-se que o debate que está como “pano de fundo” da discussão em torno da “integração” ou da “fragmentação” da Geografia, encontra-se relacionado ao dualismo “natureza x sociedade”, engendrado pelo positivismo clássico. Autores, tais como Castree (2014), têm buscado discutir tal ideia e defendem uma abordagem representacional, na qual a natureza não existe “lá fora”, ou “dentro de nós [seres humanos]”. A natureza, portanto, algo concebido e elaborado de maneiras distintas, por grupos sociais diferentes. Dessa forma, a natureza e a sociedade estão imbricadas, integradas e inevitavelmente juntas.

Nesse sentido, a Ecologia Política e a Geografia Física Crítica (GFC) emergem como possibilidades teóricas e práticas de análise integrada da Geografia, embora não sejam as únicas. Reconheceu-se na Ecologia Política propostas de análise das relações entre natureza e sociedade, as formas de acesso e controle de recursos naturais, e de degradação ambiental. A GFC, por sua

vez, é fundamentada na noção de “Antropoceno” que justifica uma proposta baseada na busca pela compreensão dos fenômenos de maneira integral, considerando as dimensões física e humanas.

Os eixos temáticos integrados apresentados: patrimônio natural e cultural, justiça ambiental e diversidade social, foram alguns exemplos de temas que permitem a integração das dimensões natural e social de diferentes fenômenos passíveis de serem investigados pela Geografia. Percebe-se que a diversidade e variedade de possibilidades é imensa e se configura como um universo ainda a ser explorado pelos geógrafos.

## 5 REFERÊNCIAS

ABRANCHES JR, N.; ALMEIDA NETO, A. M. Religião, gênero e território: discursos midiáticos da Parada Gay de São Paulo. **Espaço e Cultura**, v.38, p. 205-224, 2015.

ACSELRAD, H. Ambientalização das lutas sociais – o caso do movimento por justiça ambiental. **Revista Estudos Avançados**, v.24, n. 68, p. 103-119, 2010.

BATTERBURY, S. Doing political ecology inside and outside the academy. In: BRYANT, R. (Ed.). **The international handbook of Political Ecology**. 2. ed. Cheltenham e Northampton: Edward Elgar Publishing, 2015, p. 27-43.

CASTREE, N. **Making sense of nature: representation, politics and democracy**. Londres e Nova York: Routledge, 2014.

CASTRO, A. R. S.; MANSUR, K. L.; CARVALHO, I. S. Reflexões sobre as relações entre geodiversidade e patrimônio: um estudo de caso. **Revista Terr@ Plural**, v.12, n. 3, p. 383-403, 2018.

CRESSWELL, T. **Geographic thought: a critical introduction**. Chichester: Wiley-Blackwell, 2002.

FORMAN, Richard. **Land Mosaics: the Ecology of Landscapes and Regions**. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

GOMES, P. C. da C.. Geografia fin-de-siècle: o discurso sobre a ordem espacial do mundo e o fim das ilusões. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. **Explorações geográficas**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006, p. 13-42

HARAWAY, D. Situated knowledges: the science question in feminism and the privilege of partial perspective. **Feminist Studies**, v. 14, n. 3, 1988, p. 575-599.

LAVE, R.; BIERMANN, C.; LANE, S. Introducing Critical Physical Geography. In: LAVE, R. (Org.). **The Palgrave handbook of Critical Physical Geography**. Cham: Palgrave Macmillan, 2018, p. 3-22.

LEFF, E. Encountering political ecology: epistemology and emancipation. In: BRYANT, R. (Ed.). **The international handbook of Political Ecology**. 2. ed. Cheltenham e Northampton: Edward Elgar Publishing, 2015, p. 44 -56.

KARLSSON, B. After political ecology. **Antropology Today**, v. 2, n.34, 2018, p. 22-24.

KING, L.; TADAKI, M. A framework for understanding the politics of science (Core Tenet #2). In: LAVE, R. (Org.). **The Palgrave handbook of Critical Physical Geography**. Cham: Palgrave Macmillan, 2018, p. 67-88.

MBEMBE, A. **Necropolítica**. *Arte & Ensaios*, 32, 123-151, 2016.

MONTEZUMA, R. C. M. Ecologia de paisagens e sistemas de espaços livres de edificação como ferramenta de análise e ordenamento ambiental. **Revista Geograficidade**, v. 9, n.2, p. 90-103, 2019.

RIBEIRO, R. W. Gestão da paisagem, gestão da cidade: quais os legados do Rio de Janeiro para o Patrimônio Mundial? **Revista CPC**, v.14, n.27, p. 144-146, 2019.

SILVA, J. M. Apresentação. In: **Geografias subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades**. Ponta Grossa: Toda Palavra, 2009.

SOUZA, M. L.. Consiliência ou bipolarização epistemológica? Sobre o persistente fosso entre as ciências da natureza e as da sociedade – e o papel dos geógrafos. In SPOSITO, E.S. et al. (Org.).

**A diversidade da Geografia brasileira: escalas e dimensões da análise e da ação.** Rio de Janeiro: Consequência, 2016, p. 13-56.

URBAN, M. In defense of crappy landscapes (Core Tenet #1). In: LAVE, R. (Org.). **The Palgrave handbook of Critical Physical Geography.** Cham: Palgrave Macmillan, 2018, p. 49-66.

VAYDA, A.; WALTERS, B.. Against political ecology. **Human Ecology**, n. 27, v. 1, p. 167-179, 1999.

WATTS, M.; PEET, R. Liberating political ecology. In: PEET, R.; WATTS, M. (Ed.). **Liberation ecologies: environment, development, social movements.** Londres e Nova York: Routledge, 2004, p. 3-29.

*Data de recebimento: 14 de abril de 2021.*

*Data de aceite: 06 de maio de 2022.*